

642145436774495800573478746235432729049854756344357
363545425761254234678765908676348654457876823574589
743573635454257612542346787659086763486544578768235
745897437039835637835645800573478746235432729049854
756344357363545425761254234678765908676348654457876
823574589743703983563783564214543677449580057347876
562435431235431235431235431235431235431235431235431
086763486544578768235745897437039835637835642145436
774495800787659086763486544578768235745897437039835
637835642145436774495800573478746235432729049854756

344357363545425761 Plano de Atividades e Orçamento 2022 8

745897437039835637835642145436774495800573478746235
432729049854756344357363545425761254234678765908676
348654457876823574589743703983563783564214543677449
580057347874623543272904985475634435736354542576125
423467876590867634865445787682357458974370398356378
356421454367744958005734787462354327290498547563443
573635454257612542346787659086763486544578768235745
897437039835637835642145436774495800573478746235432
729049854756344357363545425761254234678765908676348
654457876823574589743703983563783564214543677449580
057347874623543272904985475634435736354542576125423
486544578768235745897437039835637835642145436774495
800573478746235432729049854756344357363545425761253
543272904985475634435736335432729049854756344357363
634865445787682357458974370398356378356421454363574
589743703983535745897437039835357458974370398364214
54

Despacho 286/2022 - SET de 19 de setembro

47874623543272904985475634435736354
542576125423467876590867634865445787682357458974370
398356378356421454367744958007876590867634865445787
682357458974370398356378356421454367744958005734787
462354327290492904985475634435736354542576125423545

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| Mensagem do Conselho de Administração | 3 |
| 1. O IGCP | 4 |
| 1.1. Missão, visão e valores | 4 |
| 1.2. Responsabilidade social e ambiental | 4 |
| 1.3. Modelo organizacional | 5 |
| 2. Estratégia e atividades | 7 |
| 2.1. Enquadramento e contexto estratégico | 7 |
| 2.2. Projetos e atividades de 2021 | 8 |
| 2.3. Atividades para 2022 | 14 |
| 3. Gestão económica e financeira | 17 |
| 3.1. Demonstrações financeiras | 17 |
| 3.2. Gastos operacionais | 20 |
| 3.3. Eficiência operacional | 24 |
| 4. Recursos humanos | 25 |
| 4.1. Caracterização geral | 25 |
| 4.2. Gastos com pessoal | 26 |
| 5. Anexos | 28 |

Mensagem do Conselho de Administração

A expectativa de redução dos efeitos negativos da pandemia existente para 2022, espelhada em previsões macroeconómicas favoráveis, foram postas em causa pela eclosão da guerra na Ucrânia, em fevereiro. O momento turbulento global a nível político-militar, conjugado com a intensificação das pressões inflacionistas, contribuí para maior incerteza, obrigando a um esforço redobrado por parte do IGCP no financiamento da dívida pública e na gestão da tesouraria do Estado.

Do ponto de vista do modelo de governação e estratégico, o IGCP irá orientar-se pelos princípios ESG (*Environmental, Social and Governance*), assegurando a incorporação de fatores de sustentabilidade ambiental, inclusão e justiça social, que se traduzirão em boas práticas na prossecução da sua atividade.

Para o sucesso das medidas adotadas pelo IGCP nos dois últimos anos, no novo contexto laboral e de relacionamento social, muito tem contribuído a capacidade de adaptação dos seus colaboradores à nova realidade de trabalho remoto, amplificada pela sua dedicação e empenho. Por outro lado, o recurso à utilização de métodos de comunicação à distância tem sido determinante para manter os contactos e proximidade com as diferentes partes interessadas (*stakeholders*).

O presente Plano de Atividade e Orçamento constitui um instrumento de gestão onde são identificadas as linhas orientadoras de aplicação dos recursos (financeiros, materiais e humanos) no ano 2022. Os projetos apresentados estão em linha com o Plano Estratégico do IGCP. Eles contribuem para o objetivo último de melhoria do serviço prestado aos Clientes e aumento da satisfação das partes interessadas, dotando igualmente o IGCP de instrumentos que permitam a superação dos desafios e incertezas que possam surgir ao longo do ano.

Avizinham-se tempos de incertezas, estando atualmente a sociedade confrontada com o grande desafio da recuperação da confiança, do crescimento económico e da elevação do bem-estar social. O IGCP, em Portugal, continuará a posicionar-se como uma instituição credível junto dos mercados financeiros, agências de *rating* e instituições internacionais para, desta forma, contribuir não só para a satisfação das necessidades de financiamento da República mas, também, ainda que indiretamente, suportar a recuperação da economia portuguesa.

Cientes dos desafios atuais, estamos certos que a experiência e o conhecimento adquiridos ao longo de um quarto de século, associados à capacidade e motivação dos recursos humanos que caracterizam esta Organização, manterão vivo o lema do IGCP de, no PRESENTE, continuar a construir o FUTURO.

O Conselho de Administração

1. O IGCP

A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E. ("IGCP") é uma pessoa coletiva de direito público com natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa e financeira, e património próprio, sujeita à tutela e superintendência do membro do Governo responsável pela área das finanças, com atribuições e competências definidas nos termos do Decreto-Lei n.º 200/2012 de 27 de agosto.

1.1. Missão, visão e valores

Missão

O IGCP tem por missão gerir, de forma integrada, a tesouraria, o financiamento e a dívida pública direta do Estado, compreendendo, nos termos da lei, a dívida das entidades do setor público empresarial cujo financiamento seja assegurado através do Orçamento do Estado, cabendo-lhe ainda coordenar o financiamento dos fundos e serviços dotados de autonomia administrativa e financeira, em obediência às orientações definidas pelo Governo.

Visão

Tendo por base o Plano Estratégico 2019-2021, o IGCP pretende afirmar-se como uma Agência eficiente na gestão da dívida e da tesouraria, proporcionando maior satisfação aos clientes, sustentando as operações numa estrutura organizacional de excelência, à qual associou o lema "No PRESENTE a construir o FUTURO".

Valores

O IGCP assenta a sua atividade numa cultura guiada por aquele que é o princípio de interesse público estruturante e orientador de toda a missão da Agência. A sua ação é parametrizada pela sujeição a deveres e princípios de ética de que se destacam os valores definidos no atual Plano Estratégico:

- Rigor - porque as decisões da Agência têm impacto profundo na vida dos Portugueses;
- Transparência - na gestão porque a Agência é responsável por fundos públicos;
- Integridade - porque é fundamental agir com elevados princípios de carácter, honestidade e respeito.

A estes valores somam-se, ainda os princípios: da legalidade; da isenção e imparcialidade; da igualdade; e do dever de informação.

1.2. Responsabilidade social e ambiental

O IGCP encontra-se ativamente empenhado em contribuir positivamente para a sociedade e para a preservação do meio ambiente, através da implementação de políticas sociais justas e responsáveis que reforçam o sentido ético e de cidadania da Agência. Todas as atividades desempenhadas pelo IGCP

no cumprimento da sua missão estão alinhadas neste sentido, alicerçadas numa política de responsabilidade social e ambiental que se reflete na procura da melhoria contínua.

No que respeita aos seus colaboradores, o IGCP reconhece a importância: (i) da formação e valorização profissional, quer para manter a competência técnica quer para evoluir tecnologicamente; (ii) da flexibilização de horários que permitam conciliar o plano profissional e familiar, desde que compatível com as exigências da missão da Agência; (iii) da promoção de segurança e saúde no trabalho.

No que se refere ao impacto na vida da sociedade, esta Agência procura diariamente gerir os fundos públicos, com rigor e transparência, construindo um presente mais sólido sem comprometer o futuro das gerações mais jovens.

Por sua vez, o IGCP procura acolher as melhores práticas de proteção e defesa do ambiente, estimulando uma cultura de empresa atenta às exigências inerentes à imperiosa necessidade de garantir a sustentabilidade ambiental do planeta. Exemplos disso são as decisões tomadas no âmbito: (i) da promoção digital (redução do papel) e reciclagem (papel e outros materiais); (ii) de soluções de iluminação LED e com sensor; (iii) aquisição de viatura de substituição elétrica.

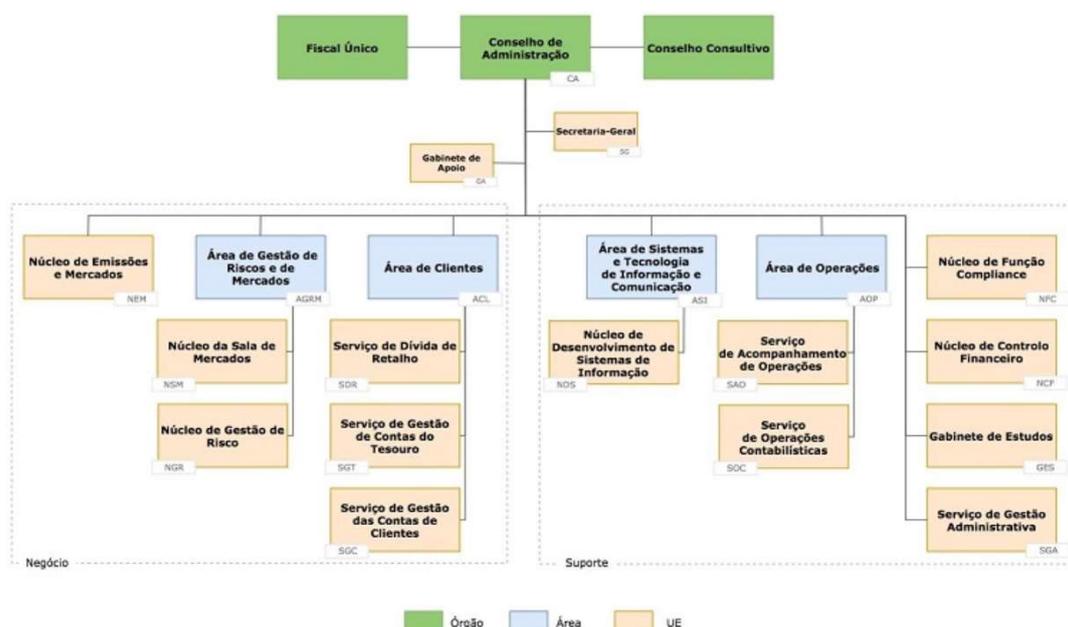
1.3. Modelo organizacional

Organograma

A organização do IGCP assenta na estrutura aconselhada pela especificidade da sua missão e num modelo próximo do adotado pelas instituições financeiras, às quais é legalmente equiparada, nomeadamente para a atividade de tesouraria.

A sua estrutura organizativa compreende quatro Áreas, oito Núcleos Técnicos (que incluem o Gabinete de Estudos e a Secretaria-Geral), seis Serviços e um Gabinete de Apoio, designados genericamente por Unidades de Estrutura, apresentadas esquematicamente na figura seguinte.

Figura 1 – Organograma do IGCP



Órgãos sociais

São órgãos Sociais do IGCP, o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo e o Fiscal Único.

O Conselho de Administração é composto estatutariamente por um presidente e dois vogais. Integram o Conselho de Administração¹:

- Dr.ª Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho – presidente
- Dr. António Abel Sancho Pontes Correia – vogal
- Dr.ª Maria Rita Gomes Granger – vogal

O Conselho Consultivo é composto pelo presidente do Conselho de Administração do IGCP - que preside, mas sem direito de voto; pelos anteriores presidentes da Agência que tenham concluído, pelo menos, um mandato; por um membro do Conselho de Administração do Banco de Portugal a indicar por este; e por quatro personalidades de reconhecida competência em matéria económica e financeira, a designar por despacho do membro do Governo responsável pela área das Finanças. Os membros do Conselho Consultivo são designados por mandatos de três anos renováveis por iguais períodos.

A fiscalização do IGCP cabe a um Fiscal Único, que deve ser um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas.

¹ Nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2019, de 24 de janeiro, publicada no Diário da República, II série, n.º 23, de 1 de fevereiro de 2019.

2. Estratégia e atividades

2.1. Enquadramento e contexto estratégico

Os objetivos gerais do IGCP têm sido norteados pelo aumento de eficácia no cumprimento da sua missão, de modo a assegurar:

- A gestão do financiamento do Estado, procurando garantir-se estabilidade no financiamento público e eficiência na gestão da carteira de dívida pública, com a preservação de níveis de liquidez adequados;
- A minimização do custo da dívida numa perspetiva intertemporal, de acordo com as estratégias de risco definidas pelo Governo;
- A gestão da tesouraria do Estado, procurando-se preservar e promover o princípio da unidade de tesouraria e o alargamento da sua rede de cobranças;
- A redução dos saldos de tesouraria para níveis de segurança mínimos aceitáveis, em função de um desiderato de diminuição da dívida em circulação e consequentemente redução dos encargos financeiros do Estado;
- A contribuição para o desenvolvimento dos mercados financeiros;
- A gestão das carteiras de derivados financeiros das empresas públicas reclassificadas e emissão de pareceres sobre as operações de financiamento de entidades integrantes do setor público empresarial, com o objetivo de garantir uma gestão mais eficiente de recursos, reduzir os custos de intermediação e limitar a exposição a risco de crédito

Considerando as prioridades a atingir no triénio 2019-21, definidas no Plano Estratégico (PE) do IGCP, foram identificados inicialmente quatro objetivos estratégicos (OE):

- OE1. Melhorar a gestão da carteira de dívida e da tesouraria;
- OE2. Melhorar a previsão de fluxos de tesouraria;
- OE3. Elevar a experiência do Cliente;
- OE4. Valorizar processos e recursos.

Tendo em consideração que a vigência do PE se encontrava alinhada com o horizonte temporal do mandato do Conselho de Administração do IGCP, entendeu esta Administração que o atual Plano devia ser estendido a 2022. Esta extensão garante a continuidade da atividade do IGCP de acordo com as prioridades estratégicas definidas, nomeadamente a afetação de recursos à evolução tecnológica de sistemas informáticos, originando a criação de um novo OE - “garantir a sustentabilidade operacional” - a partir de janeiro de 2022.

A gestão da carteira da dívida pública e da tesouraria do Estado constitui a principal atribuição do IGCP. A sua otimização, numa perspetiva intertemporal (de custo e risco), beneficia da adoção de uma carteira de referência (*benchmark*), enquanto instrumento de medição e garante de objetividade e independência, favorecendo a avaliação das decisões do IGCP.

Por sua vez, é imperativo reforçar a qualidade e tempestividade da informação sobre os fluxos futuros de entradas e saídas de tesouraria, com vista à obtenção de estimativas mais precisas das reais necessidades de financiamento, contribuindo desta forma para a otimização do cumprimento das obrigações do Estado Português e minimização do custo da dívida.

Tendo em conta a relevância dos serviços prestados aos clientes, o aumento da exigência de melhores serviços, e a rápida evolução tecnológica, importa desenvolver estratégias que permitam melhorar a satisfação dos clientes, nomeadamente pela via da modernização das aplicações informáticas de suporte ao negócio e alargamento da oferta de serviços/produtos financeiros ajustados aos novos desafios.

As transformações ocorridas nos últimos anos levantaram um conjunto de desafios que justificam uma avaliação dos processos internos, potenciando a sua automação, agilização, eficiência e segurança. O aumento da produtividade é uma prioridade para o IGCP, devendo ser atingida através da melhoria contínua de processos, no sentido de garantir uma maior agilização e eficiência na alocação de meios, conjugada com uma adequada política de valorização dos recursos internos.

Por fim, o reconhecimento da necessidade de evolução tecnológica dos principais sistemas de informação do IGCP e a necessidade de assegurar a sustentabilidade operacional revela-se essencial para evitar uma disrupção da atividade e dos serviços prestados aos clientes.

2.2. Projetos e atividades de 2021

As necessidades de financiamento do Estado mantiveram-se elevadas em 2021, continuando a refletir o efeito da implementação de medidas de apoio económico e social de resposta à crise pandémica. Não obstante, a redução gradual da incerteza sobre o ritmo da recuperação económica e a permanência de estímulos monetários significativos permitiram que o IGCP obtivesse o financiamento em condições favoráveis durante todo o ano.

O financiamento em mercado foi maioritariamente obtido através de emissões de Obrigações do Tesouro (OT), tendo sido executados dois sindicatos bancários e seis leilões em que se obteve um encaixe de 14,6 mil milhões de euros - este valor compara com um encaixe de 27,2 mil milhões de euros obtido nos três sindicatos bancários e nove leilões executados em 2020. Em 2021 procedeu-se também à execução de quatro operações de troca de OT (duas em 2020), com o objetivo de reduzir o risco de refinanciamento do Estado no curto prazo e de providenciar liquidez ao mercado, e foram efetuadas duas operações públicas de recompra de obrigações emitidas em dólares.

As vantagens da centralização de fundos na Tesouraria do Estado mantiveram-se expressivas em 2021, permitindo que a utilização de depósitos contribuísse com 8,3 mil milhões de euros para a satisfação das necessidades de financiamento. Por esta razão, a posição de tesouraria do Estado no final de 2021 equivalia a 8,8 mil milhões de euros, o que compara com 17,0 mil milhões de euros no final de 2020.

Tabela 1 – Necessidades e fontes de financiamento do Estado

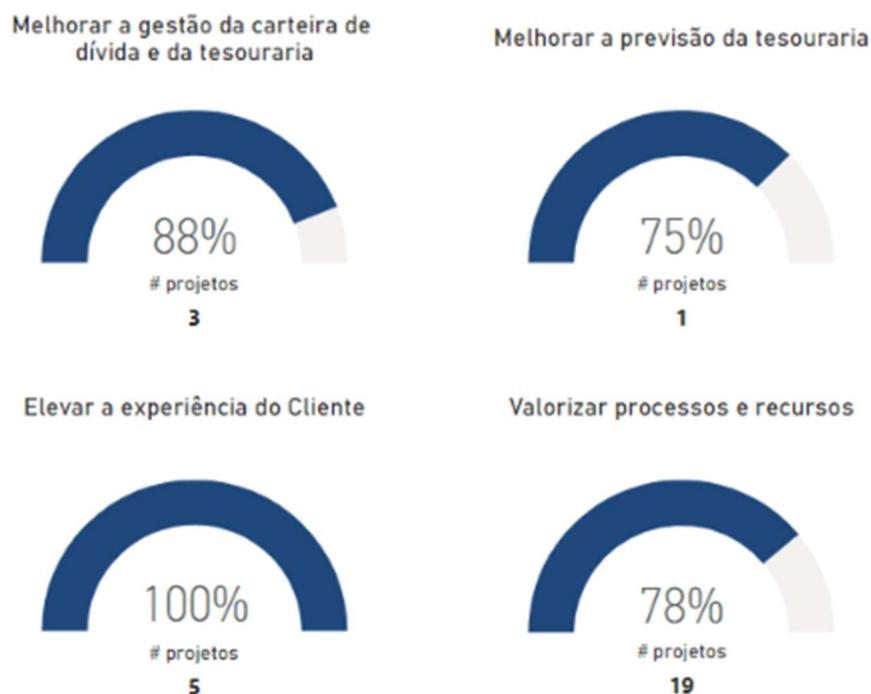
| (EUR milhões) | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Necessidades brutas de financiamento | 19.2 | 24.5 | 23.3 |
| Défice orçamental do Estado | 3.9 | 12.2 | 9.6 |
| Aquisição líquida de ativos financeiros do Estado | 5.6 | 4.6 | 4.3 |
| Amortizações de OT (excl. operação de troca) | 7.7 | 7.7 | 9.4 |
| Amortizações de empréstimos oficiais | 2.0 | | |
| Fontes de financiamento | 19.2 | 24.5 | 26.7 |
| Utilização de depósitos (excl. contas margem) | 2.5 | -10.2 | 8.3 |
| Financiamento obtido no ano | 16.7 | 34.7 | 18.4 |
| <i>Empréstimos da UE</i> | <i>0.0</i> | <i>3.0</i> | <i>2.8</i> |
| <i>Emissões de OT e MTN (excl operação de troca)</i> | <i>15.7</i> | <i>27.2</i> | <i>14.6</i> |
| <i>Emissões de OTRV</i> | | | |
| <i>Emissões líquidas de BT (excl. títulos detidos pelo FRDP)</i> | <i>-1.4</i> | <i>-0.5</i> | <i>-4.8</i> |
| <i>Emissões líquidas de CA/CTPM</i> | <i>0.8</i> | <i>0.7</i> | <i>0.5</i> |
| <i>Outros</i> | <i>1.6</i> | <i>4.4</i> | <i>5.3</i> |
| Saldo total de depósitos no final do ano | 6.8 | 17.0 | 8.8 |

Fonte: IGCP

A monitorização da execução dos projetos e dos respetivos *key-performance indicators* (KPI) e indicadores de apoio, assegurada através de reuniões de avaliação trimestrais e de uma ferramenta de acompanhamento interna, tem sido essencial para avaliar a eficácia e adequação das estratégias implementadas à realidade atual e às necessidades/desafios da organização.

Apesar da alteração significativa de contexto a partir de março de 2020, em resultado da crise pandémica e da consequente necessidade de reorganização dos métodos de trabalho, em particular com o recurso ao teletrabalho, o grau de execução dos projetos definidos no âmbito do PE tem sido elevado, conforme ilustrado pelos gráficos em baixo apresentados.

Gráfico 1 – Grau de execução de projetos em 2020 e 2021 por OE (face à previsão de execução prevista para o conjunto dos 2 anos)



Fonte: IGCP

Em 2021, foram ainda executados dezanove projetos, não enquadrados nos quatro OE definidos nas primeiras versões do PE, com uma taxa de execução média de 78%. Estes projetos enquadram-se, a partir de janeiro de 2022, no OE 5 (“garantir a sustentabilidade operacional”) dada a sua vertente tecnológica e de suporte à atividade operacional do IGCP. Os projetos e o seu grau de execução encontram-se listados no anexo 3.

As atividades desenvolvidas no último ano permitiram dar continuidade à implementação do PE, procurando-se dar cumprimento aos objetivos estratégicos aí definidos. Os principais projetos desenvolvidos e os seus resultados encontram-se resumidos de seguida.

Evolução tecnológica de sistemas informáticos

Em 2021, foi iniciada a evolução tecnológica, em diferentes vertentes, dos principais sistemas de informação do IGCP. De uma forma geral, estas intervenções incidiram ao nível das bases de dados, das ferramentas de desenvolvimento propriamente ditas (quer ao nível do *batch*, quer do *on line*) e, em alguns casos, dos sistemas operativos.

A evolução tecnológica dos 3 sistemas de compensação do IGCP – o sistema de compensação SEPA (SEPT), o sistema transferências não SEPA (TNS) e o sistema de compensação multibanco (SCTM) – e a respetiva entrada em produção ocorreram em 2021. As 3 intervenções incidiram sobre o sistema

operativo, a linguagem de programação e a base de dados. Foi ainda concluída a evolução tecnológica do Aforronet, no que se refere ao sistema operativo e à linguagem de programação.

Adicionalmente, foi iniciada em 2021 a evolução tecnológica:

- Das componentes *batch* e mapas do Sistema de Produtos de Aforro (SPA), assim como da base de dados do SPA e do Aforronet;
- Das componentes de expurgo, do sistema operativo e da base de dados no Sistema de Gestão de contas do Tesouro (SGTcc);
- Da componente do *on line* e de todos os processos *batch* do Sistema de Cobranças do Estado (SCE).

Desmaterialização documental (*paperless*)

A implementação de um sistema informático de gestão documental no IGCP é essencial para otimizar processos e melhorar a eficiência interna, de forma a permitir que sejam introduzidas novas abordagens de produção, de organização e de recuperação da informação, traduzindo-se por fim na desmaterialização de processos (*paperless*) através da digitalização e/ou produção de documentos nado-digitais.

A desmaterialização requer:

- A existência de sistema documental centralizado dos conteúdos/informação;
- O desenho de um *workflow* que permita uma otimização dos circuitos documentais, com o objetivo de agilizar e controlar todo o processo de gestão da informação;
- Que a documentação seja suportada por uma assinatura digital, que mostra o valor fidedigno do documento, ficando assim defendidos os princípios de rastreabilidade, integridade, segurança e sustentabilidade dos documentos da organização, salvaguardando a sua autenticidade, legibilidade e fidedignidade.

Durante o ano de 2021 foi efetuado o levantamento das necessidades de financeiras necessárias à execução do projeto, tendo este sido integrado no Plano Setorial do Ministério da Finanças. Neste sentido, o Comité Técnico do Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública (CTIC)/AMA entendeu que o projeto de *paperless* é elegível para registo no Plano Setorial TIC face ao seu enquadramento nas linhas estratégicas para a Transformação Digital da Administração Pública.

Uma vez considerado elegível para o Plano Setorial TIC, o projeto foi posteriormente aprovado pela Tutela. O início da concretização do projeto de desmaterialização documental no IGCP encontra-se dependente da publicação do aviso de abertura das candidaturas para obtenção de financiamento comunitário.

Atualização da base contratual subjacente à contratação de instrumentos financeiros derivados

As transações de instrumentos financeiros derivados da República Portuguesa têm tido como suporte contratual, ao longo dos últimos anos, o 1992 ISDA *Master Agreement* (ISDA MA) e o 1995 ISDA *Credit Support Annex (Transfer – English Law)* (CSA), para efeitos de prestação de colateral. Estes documentos, publicados pela *International Swaps and Derivatives Association* (ISDA), foram adotados pelos operadores de mercado e são *standard* para este tipo de operações *Over-The-Counter* (OTC), sendo

considerados como a documentação que maior segurança jurídica/operacional confere às contrapartes.

No entanto, face aos desenvolvimentos, sobretudo legais e regulatórios de anos recentes, considerou-se oportuno proceder à revisão da documentação ISDA utilizada pela República Portuguesa, tornando-a mais aproximada e conforme à realidade atual. Neste sentido, o IGCP definiu em 2020 um *standard* contratual, baseado na versão do ISDA MA de 2002, que serviu de base ao início de negociações com as contrapartes de derivados financeiros em 2021.

Paralelamente, estão também a ser negociadas alterações ao CSA, com o objetivo de permitir que a República Portuguesa passe a entregar, por defeito, *cash* como colateral (em detrimento de títulos de dívida pública, como tem vindo a ser efetuado). Esta alteração permitirá alcançar uma redução nos custos das transações sobre instrumentos financeiros derivados executadas pela República, contribuindo para melhorar a eficiência na gestão da dívida pública.

Embora se antecipasse que a conclusão das negociações pudesse ter ocorrido, com todas as contrapartes identificadas (11), até ao final de 2021, apenas foi possível encerrar esse processo com uma durante este ano. As negociações têm sido atrasadas face ao elevado número de alterações solicitado pelas contrapartes e à necessidade de garantir uma uniformização contratual, na medida em que se procura minimizar o risco operacional para o IGCP. Espera-se que as negociações sejam concluídas em 2022, continuando o esforço iniciado em 2021.

Implementação do *standard* de comunicação ISO 20022

A *Swift* determinou para toda a comunidade bancária a adoção do *standard* ISO 20022 para as mensagens financeiras, com entrada em produção em novembro de 2022 e término a novembro de 2025. Durante estes 3 anos o novo *standard* coexistirá com o *standard* atualmente utilizado, devendo as instituições financeiras preparar-se para enviar e receber mensagens nos dois formatos.

No ano de 2021 foram realizadas as seguintes etapas:

- Definição da abordagem e análise dos impactos nos sistemas internos – o que incluiu o foco na integração do sistema *Wallstreet Suite* (WSS) com o *Swift*, pela obrigatoriedade das mensagens enviadas pelo WSS para o sistema *Target* e para os correspondentes *CBPR* (*cross border payments and reports*) terem de evoluir para os novos *standards ISO 20022*;
- Escolha da solução, com determinação das especificações e respetivo desenvolvimento - iniciaram-se as negociações com a ION, fornecedor do módulo *Delivery & Confirmation*, que garante todas as especificações técnicas e de negócio ao cumprimento das exigências para esta evolução;

Este projeto, como definido desde o seu arranque, vai ser continuado no ano de 2022.

Evolução para os novos serviços *Real-Time Gross Settlement* (RTGS)

Este projeto, de cariz plurianual e data de conclusão em dezembro de 2022, decorreu em 2021 de acordo com o planeado. Foi efetuada a análise dos impactos técnicos e de negócio, a definição das especificações funcionais e foram iniciados os desenvolvimentos do *software*. Destas etapas destacam-se:

- A contratação do serviço apresentado pela SIBS, que permite a disponibilização de um serviço integrado do *Target*, *Target2 Securities* e *ECMS* (plataforma para a gestão do colateral), adaptado

às necessidades de tesouraria (possibilitando uma integração automática com as aplicações de *back-office*);

- A entrega da documentação por parte do IGCP, que permite a participação na fase de testes para posterior certificação;
- Estabelecimento da ligação à nova plataforma *Eurosystem Single Market Infrastructure Gateway* (ESMIG).

A par destas tarefas, foi criado um aplicativo que permita acompanhar a evolução deste projeto, nomeadamente ao nível da avaliação dos requisitos aplicacionais, da escolha da base de dados e respetiva linguagem de programação, da definição da estrutura da informação e ferramentas de desenvolvimento aplicacional, do desenho do modelo de dados, do desenvolvimento e teste interno dos processos responsáveis pela formatação das mensagens XML a enviar para o exterior e do tratamento das mensagens XML recebidas do exterior.

Entrada em produção de uma plataforma de verificação do estado Pessoa Exposta Politicamente (PEP) dos clientes de retalho.

No planeamento de 2021, a implementação de um sistema de filtragem dos Clientes de retalho que permitisse identificar as “Pessoas Politicamente Expostas” (PEP) foi considerada como prioritária, pois este era o elemento mais relevante ainda em falta no IGCP face às exigências da Lei em matéria de prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

A instalação e parametrização da ferramenta informática (*Datanyx*), adquirida pelo IGCP no final de 2020, foram concluídas em março de 2021. O *Datanyx* confronta os nomes dos Clientes de retalho com os nomes que constam das listas de PEP, gerando um alerta de coincidência que vai permitir ao analista verificar se está perante um Cliente PEP.

A entrada em produção desta aplicação permitiu, através de uma rotina diária, classificar todos os novos Clientes em “PEP” ou “não PEP”. A partir de setembro foi possível iniciar a análise dos Clientes que criaram conta-aforro com data anterior à da entrada em produção do *Datanyx*, identificando-se PEP: primeiramente, os mais recentes, avançando-se sucessivamente para os mais antigos.

A tabela seguinte apresenta o número de Clientes que foram filtrados pelo *Datanyx*, os alertas de coincidência PEP gerados, e os PEP que, efetivamente, foram confirmados (32 Clientes):

Tabela 2 – Clientes filtrados e alertas gerados pelo *Datanyx*

| | Clientes Filtrados (1) | Alertas (Coincidências) (2) | PEPs (3) | (3)/(1) |
|--------------|------------------------|-----------------------------|-----------|--------------|
| Mar. - Ago. | 16 988 | 1 082 | 6 | 0,04% |
| Set. - Dez. | 34 679 | 1 188 | 26 | 0,07% |
| Total | 51 667 | 2 270 | 32 | 0,06% |

2.3. Atividades para 2022

O foco estratégico do IGCP em 2022 continuará a incidir sobre a atualização tecnológica dos seus principais sistemas de informação, orientando-se a atividade para redução do risco de obsolescência e garantia da continuidade da prestação dos serviços necessários para assegurar as funções críticas. Manter-se-á a atenção estratégica à promoção da eficiência interna, tendo-se como objetivo último a melhoria do serviço prestado aos clientes e o aumento da satisfação das partes interessadas.

Para 2022 destacam-se os seguintes projetos:

- Evolução tecnológica do SPA, SGT e SCE
- Levantamento e avaliação das necessidades do *Backoffice do Internet Banking+ (IB+)*
- Desmaterialização documental (*paperless*)
- Alteração das mensagens *Swift* para o tipo ISO20022
- Evolução para os novos serviços *Real-Time Gross Settlement (RTGS)*
- Reavaliação do modelo de definição da carteira de referência

Atualização tecnológica do SPA, SGT e SCE

Em 2022, dando continuidade às atividades relacionadas com o *upgrade* tecnológico, está planeada a evolução:

- Das componentes *batch* e mapas do Sistema de Produtos de Aforro (SPA), assim como a base de dados do SPA e do Aforronet;
- Das componentes de expurgo, do sistema operativo e da base de dados no Sistema de Gestão de contas do Tesouro (SGTcc);
- Das componentes *on line*, processos *batch*, relatórios e de base de dados do Sistema de Cobranças do Estado (SCE),

Ainda no âmbito da evolução tecnológica, em 2022 vão ser iniciadas, com data de conclusão prevista para 2023, as atividades relacionadas com as componentes do *on line* do SPA, e do *batch* do SGTcc.

Levantamento e avaliação das necessidades do *Backoffice do Internet Banking+ (IB+)*

Uma vez estabilizada a primeira fase de utilização do sistema de IB+, o IGCP encontra-se preparado para identificar as principais necessidades ao nível operacional do respetivo sistema de *backoffice*.

Assim, em 2022, será efetuada uma avaliação dos principais constrangimentos sentidos neste período de utilização do novo sistema, de forma a se definir os requisitos de uma nova versão do sistema de *backoffice* munido de todas as ferramentas que viabilizem um acompanhamento dos clientes, o mais completo e autónomo possível, por parte dos gestores de conta do IGCP, numa visão semelhante à que os clientes têm atualmente com o novo sistema de IB+.

Desmaterialização documental (*paperless*)

Este projeto transita de 2021, tendo sido considerado elegível para registo no Plano Setorial TIC face ao seu enquadramento nas linhas estratégicas para a Transformação Digital da Administração pelo Comité Técnico do Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública (CTIC/AMA), aprovado pela Tutela. O IGCP encontra-se a aguardar pela abertura do aviso que permita candidaturas a um programa comunitário, pelo que se projeta que a sua execução estender-se-á até 2023.

A implementação de um sistema informático de gestão documental no IGCP, cujo investimento total rondará 166 mil euros, revela-se essencial para otimizar processos/fluxo e aumentar a eficiência interna. Com efeito, perspetiva-se que a utilização da aplicação informática permita reduzir anualmente, de forma direta, custos operacionais, nomeadamente em cerca de 400 resmas de papel, 120 mil impressões e 4 mil euros em gastos com tinteiros, tendo por base o ano 2019.

O processo de digitalização permitirá reforçar e ampliar políticas já implementadas, com claros benefícios económicos e ambientais. Adicionalmente, a desmaterialização documental deverá produzir benefícios sociais, nomeadamente ao nível dos serviços prestados aos clientes particulares, institucionais e outros *stakeholders*, que exigem do IGCP um serviço cada vez mais ágil. Em particular, perspetiva-se uma redução significativa nos tempos de resposta aos Clientes particulares de produtos de aforro.

O trabalho projetado para 2022 incidirá sobre o processo de candidatura, a conclusão do caderno de encargos, o lançamento do procedimento no âmbito da contratação pública, adjudicação e desenho dos circuitos.

Implementação do *standard* de comunicação ISO 20022 (*Swift*)

A adoção do novo *standard* de comunicação ISO 20022 para as mensagens financeiras para toda a comunidade bancária, ocorrerá até novembro de 2022, em simultâneo com a implementação dos novos serviços *Target – Target Consolidation*.

Encontra-se em curso a definição das especificações e respetivo desenvolvimento:

- Com o fornecedor ION - para beneficiar das vantagens desta evolução, é necessário garantir a integração do sistema *WSS* com novos formatos ISO 20022. O âmbito deste projeto inclui a aquisição do módulo *Delivery & Confirmation*, formação, configuração e desenvolvimento e testes;
- Com a SIBS (*Target Consolidation*) – abordagem personalizada com cada instituição, que inclui a identificação das especificações, o desenvolvimento da solução escolhida, testes internos e integrados com a comunidade bancária e a entrada em produção.

Evolução para os novos serviços *Real-Time Gross Settlement* (RTGS)

A evolução dos serviços RTGS, com entrada em produção em novembro de 2022, permitirá a harmonização e consolidação em termos técnicos e funcionais da *Single Shared Platform* (SSP) do *Target2* com a plataforma do *Target2-Securities* (T2S) e com a evolução dos serviços de liquidação em tempo real. A consolidação do *Target* tem impactos a diversos níveis, nomeadamente na gestão da tesouraria e na liquidação de pagamentos.

As principais alterações que o RTGS vai produzir também têm ligação com a implementação do *standard* de comunicação ISO 20022.

De acordo com as etapas do projeto, em 2022 serão cumpridas as seguintes atividades:

- Continuação do desenvolvimento do software - implementação da nova AT (Aplicação de Tesouraria), adaptações técnicas e funcionais internas e integração com os aplicativos internos IB+, SGTcc, SGT Contabilidade e WSS;
- Execução de testes nas aplicações internas, testes de conectividade (incluindo em ambiente de produção), testes de utilizador, incluindo testes de certificação e testes de comunidade;
- Realização das atividades de pré-migração antes da entrada em produção.

Reavaliação do modelo de definição da carteira de referência

O IGCP tem implementada uma Carteira de Referência, construída através a execução de uma estratégia de emissões de OT, que constitui uma orientação para a gestão ativa da dívida pública e que tem como principal objetivo a minimização do custo da dívida, ajustado pelo risco, numa perspetiva de longo prazo.

A estratégia de emissões desta carteira foi reavaliada, no final de 2020, através de um processo de avaliação de várias estratégias *ad-hoc* e dos seus impactos sobre o perfil de risco de refinanciamento da República e sobre o custo da dívida pública a médio e longo prazo, considerando-se restrições impostas pela conjuntura de mercado e pela própria dinâmica de evolução do *stock* da dívida pública. A elevada incerteza que prevalecia sobre as perspetivas económicas e orçamentais, indissociáveis da evolução da crise pandémica, impossibilitou a revisão do modelo inicial nos moldes tradicionais, assentes em simulações de variáveis económicas e financeiras convergentes para um equilíbrio de *steady-state*.

Da avaliação efetuada, identificou-se que a estratégia de financiamento que melhor se adaptava ao perfil de risco e custo da dívida pública consistia em emissões de OT com uma maturidade média de cerca de 15,5 anos, o que foi considerado adequado face ao ambiente de taxas de juro reduzidas e elevada procura de mercado por títulos com duração elevada.

Para 2022 antecipa-se uma redução gradual da incerteza sobre a atividade económica, que poderá contribuir para uma maior previsibilidade das necessidades de financiamento do Estado e da evolução do *stock* da dívida pública. Adicionalmente, a aceleração da taxa de inflação e o início do processo de redução dos estímulos monetários pelos bancos centrais a nível mundial poderão estar associados a uma inversão de taxas de juro e a uma maior procura por ativos com menor duração.

Neste contexto, considera-se relevante que seja reavaliada a estratégia de emissões da Carteira de Referência e que seja reequacionada a possibilidade de a utilização de um modelo de equilíbrio de *steady-state* na definição dessa estratégia.

3. Gestão económica e financeira

3.1. Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras evidenciam os dados de 2020 a 2024. Os dados de 2020 e 2021 são efetivos e a informação referente ao período entre 2022 a 2024 é previsional.

Tabela 3 - Balanço

(valores: euros)

| (EUR) | 2020 (executado) | 2021 (previsto PAO 2021) | 2021 (executado) | 2022 (previsão) | 2023 (previsão) | 2024 (previsão) |
|--|---------------------|-----------------------------|---------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| ATIVO | | | | | | |
| Ativo não corrente | | | | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 466 048 | 126 820 | 387 895 | 324 391 | 234 013 | 116 759 |
| Propriedades de investimento | | | | | | |
| Ativos intangíveis | 1 342 413 | 783 740 | 1 406 736 | 1 838 328 | 2 047 420 | 2 034 012 |
| Ativos biológicos | | | | | | |
| Participações financeiras | | | | | | |
| Deved por emprést bonificados e sub reembols | | | | | | |
| Acionistas/sócios/associados | | | | | | |
| Diferimentos | | | | | | |
| Outros activos financeiros | | | | | | |
| Ativos por impostos diferidos | | | | | | |
| | 1 808 461 | 910 560 | 1 794 631 | 2 162 720 | 2 281 433 | 2 150 772 |
| Ativo corrente | | | | | | |
| Inventários | | | | | | |
| Ativos biológicos | | | | | | |
| Deved por transferências e sub não reembolsáveis | | | | | | |
| Deved por empréstimos bonif e sub reembolsáveis | | | | | | |
| Cientes, contribuintes e utentes | | | | | | |
| Estado e outros entes públicos | 88 959 | | 71 225 | | | |
| Acionistas/sócios/associados | | | | | | |
| Outras contas a receber | 578 730 | | 655 021 | | | |
| Diferimentos | 340 008 | 10 552 571 | 409 089 | 11 502 218 | 5 599 264 | 10 083 318 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | | | | | | |
| Outros activos financeiros | | | 29 616 353 | | | |
| Ativos não correntes detidos para venda | | | | | | |
| Caixa e depósitos | 29 692 408 | 37 619 852 | 1 000 180 | 33 743 267 | 40 355 022 | 54 082 556 |
| | 30 700 106 | 48 172 423 | 31 751 868 | 45 245 485 | 45 954 286 | 64 165 874 |
| Total do ativo | 32 508 566 | 49 082 983 | 33 546 499 | 47 408 205 | 48 235 719 | 66 316 645 |
| PATRIMÓNIO LÍQUIDO | | | | | | |
| Património/Capital | 50 000 | 50 000 | 50 000 | 50 000 | 50 000 | 50 000 |
| Ações (quotas) próprias | | | | | | |
| Outros instrumentos de capital próprio | | | | | | |
| Prémios de emissão | | | | | | |
| Reservas | 81 948 | 81 948 | 81 948 | 81 948 | 81 948 | 81 948 |
| Resultados transitados | 27 471 539 | 29 712 843 | 29 918 786 | 30 246 344 | 30 573 902 | 48 102 503 |
| Ajustamentos em activos financeiros | 1 269 | 1 269 | 1 269 | 1 269 | 1 269 | 1 269 |
| Excedentes de revalorização | | | | | | |
| Outras variações no património líquido | | | | | | |
| Resultado líquido do período | 2 241 305 | 15 984 474 | 327 558 | 17 028 645 | 17 528 601 | 18 080 925 |
| Dividendos antecipados | | | | | | |
| Interesses que não controlam | | | | | | |
| Total do património líquido | 29 846 060 | 45 830 533 | 30 379 560 | 47 408 205 | 48 235 719 | 66 316 644 |
| PASSIVO | | | | | | |
| Passivo não corrente | | | | | | |
| Provisões | | | | | | |
| Financiamentos obtidos | | | | | | |
| Fornecedores de investimentos | | | | | | |
| Responsabilidades por benefícios pós-emprego | | | | | | |
| Diferimentos | | | | | | |
| Passivos por impostos diferidos | | | | | | |
| Outras contas a pagar | | | | | | |
| Passivo corrente | | | | | | |
| Cred por transf e sub não reemb concedidos | | | | | | |
| Fornecedores | | | | | | |
| Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes | | | | | | |
| Estado e outros entes públicos | 164 993 | | 74 183 | | | |
| Acionistas/sócios/associados | | | | | | |
| Financiamentos obtidos | | | | | | |
| Fornecedores de investimentos | | | | | | |
| Outras contas a pagar | 2 497 513 | 3 252 449 | 3 092 756 | | | |
| Diferimentos | | | | | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | | | | | | |
| Outros passivos financeiros | | | | | | |
| | 2 662 506 | 3 252 449 | 3 166 939 | 0 | 0 | 0 |
| Total do passivo | 2 662 506 | 3 252 449 | 3 166 939 | 0 | 0 | 0 |
| Total do património líquido e do passivo | 32 508 566 | 49 082 982 | 33 546 499 | 47 408 205 | 48 235 719 | 66 316 645 |

Tabela 4 – Demonstração de resultados por naturezas

| (EUR) | (valores: euros) | | | | | |
|---|---------------------|--|----------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2020 (executado) | 2021 (previsto PAO 2021) (executado) | | 2022 (previsão) | 2023 (previsão) | 2024 (previsão) |
| Rendimentos e Gastos | | | | | | |
| Impostos, contribuições e taxas | | | | | | |
| Vendas | | | | | | |
| Prestações de serviços e concessões | 16 954 878 | 27 182 800 | 16 830 652 | 28 179 000 | 29 070 000 | 29 920 000 |
| Transferências e subsídios Correntes obtidos | 23 919 083 | 26 791 500 | 26 309 935 | 33 000 000 | 33 000 000 | 33 000 000 |
| Variações nos inventários da produção | | | | | | |
| Trabalhos para a própria entidade | | | | | | |
| Custo das mercadorias vendidas e consumidas | | | | | | |
| Fornecimentos e serviços externos | -33 556 234 | -32 366 317 | -37 531 707 | -38 463 942 | -38 486 262 | -38 508 693 |
| Gastos com pessoal | -4 798 393 | -5 003 315 | -4 898 463 | -5 054 502 | -5 173 851 | -5 199 721 |
| Transferências e subsídios concedidos | | | | | | |
| Prestações sociais | | | | | | |
| Impariedade de inventários (perdas e reversões) | | | | | | |
| Impariedade de dívidas a receber (perdas e reversões) | | | | | | |
| Provisões (aumentos e reduções) | | | | | | |
| Impariedade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) | | | | | | |
| Aumentos/reduções de justo valor | | | | | | |
| Outros rendimentos e ganhos | 14 736 | | | | | |
| Outros gastos e perdas | -1 081 | | | | | |
| Resultados antes de depreciações e gastos de financiamentos | 2 532 989 | 16 604 668 | 710 417 | 17 660 556 | 18 409 887 | 19 211 586 |
| Gastos de depreciação e amortização | -291 684 | -620 194 | -382 536 | -631 911 | -881 286 | -1 130 661 |
| Impariedade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) | | | | | | |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | 2 241 305 | 15 984 474 | 327 880 | 17 028 645 | 17 528 601 | 18 080 925 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | | | | | |
| juros e gastos similares suportados | | | | | | |
| Resultado antes de impostos | 2 241 305 | 15 984 474 | 327 880 | 17 028 645 | 17 528 601 | 18 080 925 |
| Imposto sobre o rendimento | | | | | | |
| Resultado líquido do período | 2 241 305 | 15 984 474 | 327 880 | 17 028 645 | 17 528 601 | 18 080 925 |

Tabela 5 – Fluxos de caixa por naturezas

(Valores: euros)

| (EUR) | 2020 | 2021 | | 2022 | 2023 | 2024 |
|--|-------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | (executado) | (previsto PAO 2021) | (executado) | (previsão) | (previsão) | (previsão) |
| Fluxos de caixa das actividades operacionais | | | | | | |
| Recebimentos de clientes | 8,567,573 | | 10,780,509 | | | |
| Recebimentos de contribuintes | | | | | | |
| Recebimentos de utentes | | | | | | |
| Pagamentos a fornecedores | -34,310,054 | -32,366,317 | -38,627,739 | -38,463,942 | -38,486,262 | -38,508,693 |
| Pagamentos ao pessoal | -2,316,422 | -5,003,315 | -2,470,884 | -5,054,502 | -5,173,851 | -5,199,721 |
| Caixa gerada pelas operações | -28,058,902 | -37,369,632 | -30,318,113 | -43,518,444 | -43,660,113 | -43,708,414 |
| Outros recebimentos/pagamentos | 30,867,415 | 46,297,076 | 31,403,572 | 47,645,178 | 51,271,868 | 58,435,947 |
| Fluxos de caixa das actividades operacionais (a) | 2,808,513 | 8,927,444 | 1,085,459 | 4,126,734 | 7,611,755 | 14,727,534 |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento | | | | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | | | | |
| Activos fixos tangíveis | -146,733 | -110,000 | -68,476 | 0 | 0 | -110,000 |
| Activos intangíveis | -1,064,075 | -890,000 | -92,858 | 0 | 0 | -890,000 |
| Propriedades de investimento | | | | | | |
| Investimentos financeiros | | | | | | |
| Outros activos | | | | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | | | | |
| Activos fixos tangíveis | | | | | | |
| Activos intangíveis | | | | | | |
| Propriedades de investimento | | | | | | |
| Investimentos financeiros | | | | | | |
| Outros activos | | | | | | |
| Subsídios ao investimento | | | | | | |
| Transferências de capital | | | | | | |
| Juros e rendimentos similares | | | | | | |
| Dividendos | | | | | | |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento (b) | -1,210,808 | -1,000,000 | -161,334 | 0 | 0 | -1,000,000 |
| Fluxos de caixa das actividades de financiamento | | | | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | | | | |
| Financiamentos obtidos | | | | | | |
| Realizações de capital e de outros instrumentos de capital | | | | | | |
| Cobertura de prejuizos | | | | | | |
| Doações | | | | | | |
| Outras operações de financiamento | | | | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | | | | |
| Financiamentos obtidos | | | | | | |
| Juros e gastos similares | | | | | | |
| Dividendos | | | | | | |
| Reduções de capital e de outros instrumentos de capital | | | | | | |
| Outras operações de financiamento | | | | | | |
| Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c) | | | | | | |
| Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c) | 1,597,705 | 7,927,445 | 924,125 | 4,126,734 | 7,611,755 | 13,727,534 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | | | | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 28,094,703 | 29,692,408 | 29,692,408 | 30,616,533 | 34,743,267 | 42,355,022 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 29,692,408 | 37,619,852 | 30,616,533 | 34,743,267 | 42,355,022 | 56,082,557 |
| CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA | | | | | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 28,094,703 | 29,692,408 | 29,692,408 | 30,616,533 | 34,743,267 | 42,355,022 |
| - Equivalentes a caixa no início do período | | | | | | |
| - Variações cambiais de caixa no início do período | | | | | | |
| = Saldo da gerência anterior | 28,094,703 | 29,692,408 | 29,692,408 | 30,616,533 | 34,743,267 | 42,355,022 |
| De execução orçamental | 28,066,510 | 29,616,374 | 29,616,374 | 30,613,575 | | |
| De operações de tesouraria | 28,193 | 76,034 | 76,034 | 2,957 | | |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 29,692,408 | 37,619,852 | 30,616,533 | 34,743,267 | 42,355,022 | 56,082,557 |
| - Equivalentes a caixa no fim do período | | | | | | |
| - Variações cambiais de caixa no fim do período | | | | | | |
| = Saldo para a gerência seguinte | 29,692,408 | 37,619,852 | 30,616,533 | 34,743,267 | 42,355,022 | 56,082,557 |
| De execução orçamental | 29,616,374 | | 30,613,575 | | | |
| De operações de tesouraria | 76,034 | | 2,957 | | | |

Tabela 6– Prazo médio de pagamentos (*)

| (dias) | 2020 (real) | 2021 (real) | 2022 (previsão) |
|-------------|----------------|----------------|--------------------|
| 1 Trimestre | 77 | 29 | 29 |
| 2 Trimestre | 8 | 11 | 11 |
| 3 Trimestre | 6 | 4 | 4 |
| 4 Trimestre | 0 | 0 | 0 |

*inclui faturas de Documentos Únicos de Cobrança.

As demonstrações refletem a realidade atual. Não existem dívidas a fornecedores, estando a totalidade das faturas pagas até à data do seu vencimento. Os resultados líquidos transitam para o exercício seguinte como resultados transitados.

As contas de 2021 encontram-se a aguardar a certificação do Fiscal Único e serão submetidas ao Tribunal de Contas via Prestação Eletrónica de Contas. Os seus valores serão incluídos na Conta Geral do Estado de 2021. O resultado dessas contas será incluído no Relatório e Contas desse ano e remetido à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. Para a prestação de contas é utilizado o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

3.2. Gastos operacionais

A atividade do IGCP não pode ser explicada através do volume de negócios, pelo que se considera que o ano de referência é 2021. Adicionalmente, apresentam-se variações relativamente aos anos de 2019, em virtude de algumas rubricas apresentarem valores mais consistentes com a atividade pré-pandémica.

Embora se antecipe que o ano 2022 ainda seja marcado pela pandemia, prevê-se um aumento das despesas com as ajudas de custo, deslocações e estadias face a 2021, ainda que se mantenham em níveis inferiores aos de 2019. Adicionalmente, prevê-se que as despesas relativas aos estudos, projetos e pareceres sejam ligeiramente superiores a 2021.

Tabela 7 – Evolução de custos com pessoal e FSE

| | 2022 (previsão) | 2021 (real) | 2020 (real) | 2019 (real) | Variação 2022/2021 | | Variação 2022/2019 | |
|--|--------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------|
| | | | | | valor | % | valor | % |
| Gastos com o pessoal s/ Indeminizações | | | | | | | | |
| Custos com Pessoal | 5,054,502 | 4,898,463 | 4,798,393 | 4,798,104 | 156,039 | 3.19% | 256,398 | 5.34% |
| Ajudas de Custo | 6,500 | 205 | 1,207 | 11,709 | 6,295 | 3070.73% | -5,209 | -44.49% |
| CMVMC | | | | | | | | |
| FSE | | | | | | | | |
| Deslocações/Estadas | 7,500 | 3,073 | 7,506 | 54,726 | 4,427 | 144.06% | -47,226 | -86.30% |
| Despesas com Comunicações | 67,062 | 67,407 | 59,705 | 55,441 | -345 | -0.51% | 11,621 | 20.96% |
| Estudos Pareceres e Projetos Consul. | 6,333 | 5,233 | 55 | 3,594 | 1,100 | 21.02% | 2,739 | 76.21% |
| Restantes FSE | 4,376,548 | 4,237,074 | 3,959,189 | 4,325,480 | 139,474 | 3.29% | 51,068 | 1.18% |
| Total | 9,511,945 | 9,211,250 | 8,824,849 | 9,237,345 | 300,695 | 3.26% | 274,600 | 2.97% |
| Nº de trabalhadores | 95 | 93 | 92 | 94 | 2 | 2.15% | 1 | 1.06% |

Frota automóvel

Em 2021, os gastos com a manutenção/reparação da frota automóvel mantiveram-se ao nível de 2020 pelo facto de as viaturas terem sido menos utilizadas. Em 2022, prevê-se que essas despesas aumentem face à diminuição do teletrabalho.

Em 2022, mantém-se a pretensão de substituir três dos veículos afetos ao Conselho de Administração por três novas viaturas. Para o efeito, contribui o facto de:

- Terminar o contrato de Aluguer Operacional de Veículos (AOV) de uma das viaturas, ainda em 2022 após terem sido efetuadas as renegociações máximas do número de prestações (atualmente 162);

- As restantes duas viaturas afetas ao Conselho terem sido adquiridas em 2001 e a sua substituição ter sido autorizada no PAO de 2017.

Consideram-se gastos com a frota automóvel as despesas afetas à conservação e reparação das viaturas, o pagamento dos contratos de aluguer operacional de viaturas, os custos com combustíveis e vias verdes.

Tabela 8 – Frota automóvel

(valores em euros)

| Gestão da Frota Automóvel | 2022 (previsão)*** | 2021 (real)*** | 2020 (real)*** | 2019 (real)*** | Variação 2022/2021 | | Variação 2022/2019 | |
|------------------------------|--------------------|----------------|----------------|----------------|--------------------|-----|--------------------|-----|
| | | | | | Valor | % | Valor | % |
| Gastos com a Frota Automóvel | | | | | | | | |
| Contratos de AOV | 16,582 | 16,582 | 16,582 | 15,641 | 0 | 0% | 941 | 6% |
| Seguros | 513 | 513 | 513 | 507 | 0 | 0% | 6 | 1% |
| Manutenção/Reparação | 10000 | 8912 | 9,002 | 6,482 | 1,088 | 12% | 3,518 | 54% |
| Inspeções | 126 | 126 | 126 | 126 | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Combustível/Portagens | 6000 | 5190 | 3,868 | 6,513 | 810 | 16% | -513 | -8% |
| IUC | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Nº de veículos * | 7 | 7 | 7 | 7 | - | - | - | - |

* inclui: 3 contratos de AOV + 4 propriedade do IGCP

** pretendia-se trocar um dos veículos a gasolina por um eléctrico

*** inclui 3 contratos de AOV (incluindo 1 de uma viatura eléctrica) + 4 propriedade do IGCP

Plano de investimento

O projeto IB+ ficou concluído em 2021 embora as comparticipações de fundos comunitários através do Compete2020 ainda não estejam finalizadas. Em 2021, foi recebido financiamento comunitário no montante de 9.056,30 euros, prevendo-se em 2022 o recebimento de verbas no montante de 28.164,03 euros.

Tabela 9 - Investimento

(valores em euros)

| (EUR) | 2019 (real) | 2020 (real) | 2021 (real) | 2022 (previsão) | 2023 (previsão) | 2024 (previsão) |
|-----------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|
| Orçamento de funcionamento | | | | | | |
| Investimentos | | | | | | |
| Edifícios | | | | | | |
| Hardware | 126 528 | 131 601 | 43 021 | 105 000 | 105 000 | 105 000 |
| Software | 185 357 | 642 322 | 85 232 | 890 000 | 890 000 | 890 000 |
| Equipamento Administrativo | 172 | 1 504 | 25 455 | 5 000 | 5 000 | 5 000 |
| Total funcionamento | 312 058 | 775 427 | 153 708 | 1 000 000 | 1 000 000 | 1 000 000 |
| Orçamento de investimento | | | | | | |
| Comparticipação nacional | | | | | | |
| Recursos Humanos | 35 482 | | | | | |
| Estudos Projetos e Pareceres | 133 089 | 24 362 | | | | |
| Publicidade | | | | | | |
| Hardware | 64 025 | | | | | |
| Software | 148 447 | 20 391 | | | | |
| Comparticipação comunitária | | | | | | |
| Recursos Humanos | 25 981 | 89 092 | | | | |
| Estudos Projetos e Pareceres | 11 070 | 156 517 | 9 056 | 28 164 | | |
| Publicidade | 320 | 31 045 | | | | |
| Hardware | 84 699 | 29 359 | | | | |
| Software | 1 244 | 96 730 | | | | |
| Total investimento | 504 357 | 447 496 | 9 056 | 28 164 | 0 | 0 |
| Total | 816 415 | 1 222 924 | 162 764 | 1 028 164 | 1 000 000 | 1 000 000 |

Tabela 10 – Projeto IB+, por tipo de despesa

(valores em euros)

| (EUR) | 2019 (real) | 2020 (real) | 2021 (real) | 2022 (previsão) |
|------------------------------|----------------|----------------|--------------|-----------------|
| Comparticipação nacional | | | | |
| Recursos Humanos | 35 482 | | | |
| Estudos Projetos e Pareceres | 133 089 | 24 362 | | |
| Publicidade | | | | |
| Hardware | 64 025 | | | |
| Software | 148 447 | 20 391 | | |
| Comparticipação comunitária | | | | |
| Recursos Humanos | 25 981 | 89 092 | | |
| Estudos Projetos e Pareceres | 11 070 | 156 517 | 9 056 | 28 164 |
| Publicidade | 320 | 31 045 | | |
| Hardware | 84 699 | 29 359 | | |
| Software | 1 244 | 96 730 | | |
| Total | 504 357 | 447 496 | 9 056 | 28 164 |

Tabela 11 – Execução do projeto IB+

(valores em euros)

| (EUR) | Financiamento da U.E. | Receitas Próprias |
|-------------------------------|-----------------------|-------------------|
| <i>Aprovado Inicialmente</i> | 563 277 | 425 796 |
| 2019 | 123 314 | 381 043 |
| 2020 | 402 743 | 44 753 |
| 2021 | 9 056 | 0 |
| 2022 (previsão) | 28 164 | |
| <i>Financiamento Previsto</i> | 563 277 | 425 796 |
| <i>Financiamento Recebido</i> | 960 909 | |

Os projetos de alteração das mensagens *Swift* para o tipo ISO20022 e de evolução para o novo RTGS terão um custo de 321 mil euros no corrente ano. A partir de 2023, será devida um *fee* anual de 45.000 euros, estimando-se que a *pro rata fee* de 2022 seja de 32.178,08 euros.

Os custos associados à atualização tecnológica do SPA, SGT e SCE deverão situar-se em 215.464 euros em cada ano (2022 e 2023).

A manutenção do sistema de filtragem dos Clientes de retalho, que permite identificar as Pessoas Politicamente Expostas e as Sancionadas, terá um custo associado de 55.000 euros ao ano.

Aguarda-se ainda por abertura de financiamento comunitário para o lançamento do projeto de desmaterialização documental (*paperless*).

Refira-se que não se prevê qualquer aumento de capital, indemnizações compensatórias ou subsídios a outras operações.

Dada a natureza dos investimentos efetuados pelo IGCP, não se justifica o cálculo do Valor Atual Líquido (VAL) e do Taxa Interna de Rentabilidade (TIR) para os mesmos.

Orçamento de exploração²

O artigo 25.º dos estatutos do IGCP determina que o orçamento anual da Agência depende de aprovação prévia do membro do Governo responsável pela área das finanças e que o relatório de atividades e as contas anuais, acompanhados do parecer do Fiscal Único, devem ser submetidos, até 31 de março do ano seguinte àquele a que respeitem, à aprovação do membro do Governo responsável pela área das finanças e ao julgamento do Tribunal de Contas.

Declara-se que, em termos orçamentais, o orçamento do IGCP se encontra equilibrado para os anos de 2020-2024, apresentando-se nos quadros seguintes informação referente aos mapas orçamentais.

Tabela 12 – Receitas e despesas nos mapas orçamentais

| (EUR) | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|
| Receita, por classificação económica | | | | | |
| 06.03.01 - Transferências correntes - Ministério das Finanças | 26 500 000 | 26 791 500 | 33 000 000 | 33 000 000 | 33 000 000 |
| 07.02.99 - Vendas de Bens e Serviços | 25 058 356 | 27 182 800 | 28 179 000 | 29 070 000 | 29 920 000 |
| Total da Receita | 51 558 356 | 53 974 300 | 61 179 000 | 62 070 000 | 62 920 000 |
| Despesa, por classificação económica | | | | | |
| 01 - Despesas com Pessoal | 4 765 233 | 4 853 804 | 5 720 123 | 5 748 724 | 5 777 467 |
| 02 - Aquisição de Bens e Serviços (receita própria) | 7 943 751 | 9 420 749 | 2 063 942 | 2 074 262 | 2 084 633 |
| 02 - Aquisição de Bens e Serviços (receitas gerais) | 23 919 083 | 26 309 935 | 33 000 000 | 33 000 000 | 33 000 000 |
| 06 - Outras Despesas Correntes | 2 745 238 | 3 028 790 | 2 400 000 | 2 412 000 | 2 424 060 |
| 07 - Aquisição de Bens de Capital | 775 427 | 153 708 | 1 000 000 | 1 000 000 | 1 000 000 |
| Total da Despesa | 40 148 732 | 43 766 986 | 44 184 065 | 44 234 985 | 44 286 160 |

Em 2021, para além do descativo concedido de 3,5 milhões de euros afeto ao Agrupamento 02 – Aquisição de bens e serviços, foi ainda solicitado a abertura de créditos especiais no montante de 9,2 milhões de euros para fazer face a necessidades orçamentais na classificação económica 020224 – Encargos de cobrança de receita e 650 mil euros na classificação económica 060203 – Outras Despesas Correntes, classificação que assume os custos com a atividade bancária do IGCP. A despesa assumida por esta última é repassada aos clientes e contabilizada como receita própria do IGCP.

No que respeita a receitas, o IGCP tem um orçamento consubstanciado em receitas próprias, sendo a mais relevante a comissão de gestão anual prevista da alínea a) do número 1 do artigo 26.º dos respetivos estatutos, cujo valor em 2022 será de 28,2 milhões de euros, que corresponde no mínimo a 1 ‰ do stock da dívida pública. A despesa efetiva inscrita e aprovada na proposta de projeto de orçamento de Estado foi de 11,5 milhões de euros.

O IGCP recebe ainda transferências (receitas gerais) provenientes do Capítulo 60 – Despesas Excepcionais, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, destinadas unicamente ao pagamento dos serviços prestados pelas entidades colaboradoras na Rede de Cobranças do Estado e Caixas do Tesouro.

² Declaração de conformidade, nos termos do despacho nº 172/14-SET, de 31 de janeiro, em anexo.

3.3. Eficiência operacional

A medição da eficiência da estrutura dos gastos operacionais do IGCP é estabelecida através de um indicador que relaciona as principais atividades desenvolvidas pela Agência, nas suas várias vertentes (emissão de dívida transacionável e dívida de retalho e gestão global da tesouraria do Estado), com os gastos operacionais.

De acordo com o indicador aprovado no PAO de 2017, apresentam-se na tabela seguinte os objetivos do IGCP para o triénio 2022-2024.

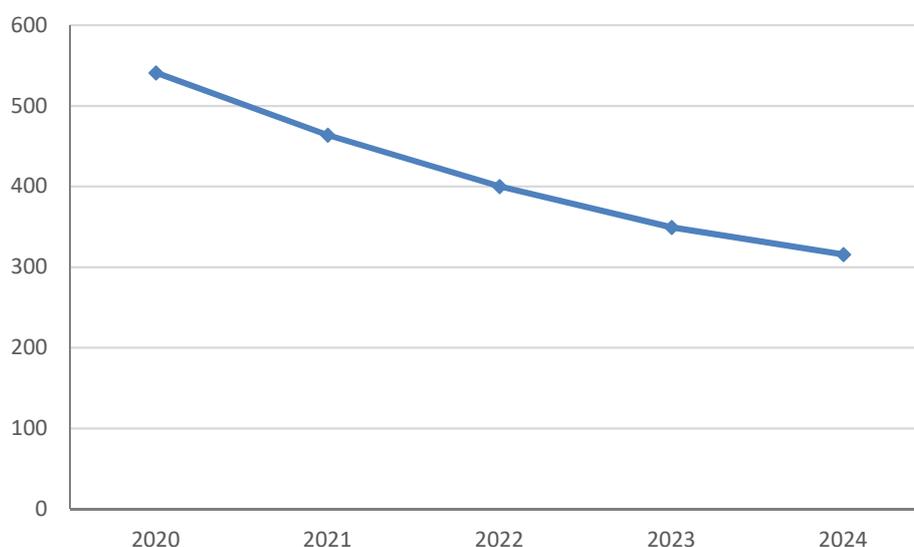
Tabela 13 – Indicador de eficiência de gastos operacionais

| 2022 | 2023 | 2024 |
|--------|--------|--------|
| 399,97 | 349,39 | 315,73 |

A organização da atividade à luz do Plano Estratégico do IGCP no triénio 2019-2021 (Extensão 2022) permitirá continuar a alcançar resultados positivos ao nível da eficiência interna, afigurando-se essencial para otimizar a estrutura dos gastos operacionais. Tendo em consideração as prioridades estratégicas do IGCP, prevê-se:

- Um aumento da atividade da Agência, refletindo os esforços desenvolvidos na otimização da centralização da tesouraria do Estado e na melhoria das previsões de fluxos de tesouraria. O aumento das necessidades de financiamento do Estado por força da crise pandémica irá continuar a manter a atividade do IGCP em níveis elevados, sobretudo na sua vertente de emissão de dívida pública;
- Um aumento dos custos com pessoal e dos gastos com fornecimentos e serviços externos para fazer face ao aumento da atividade.

Gráfico 2 – Indicador de eficiência de gastos operacionais



4. Recursos humanos

4.1. Caracterização geral

Os trabalhadores ao serviço do IGCP estão integrados nas seguintes carreiras:

- Carreira técnica;
- Carreira técnico-administrativa;
- Carreira auxiliar.

No final de 2021, o número de colaboradores efetivos a desempenhar funções no IGCP totalizava 93. Salienta-se a saída de quatro colaboradores nesse ano e a entrada de cinco colaboradores, dos quais um tinha saído em 2011 para desempenhar funções oficiais.

Tabela 14 – Número de efetivos por função

| Ano | Número de efetivos ^{b)} | Conselho de Administração | Coordenadores | Empregados |
|---------|----------------------------------|---------------------------|---------------|------------|
| 2014 | 94 | 3 | 16 | 78 |
| 2015 | 95 | 3 | 15 | 80 |
| 2016 | 92 | 3 | 15 | 77 |
| 2017 | 93 | 3 | 15 | 78 |
| 2018 | 95 | 2 | 17 | 78 |
| 2019 | 94 | 3 | 16 | 78 |
| 2020 | 92 | 3 | 16 | 76 |
| 2021 | 93 | 3 | 16 | 77 |
| 2022 a) | 98 | 3 | 17 | 81 |

^{a)} valores previsionais

^{b)} não inclui Conselho de Administração

Conforme ilustrado pela tabela em baixo, cerca de dois terços dos efetivos do IGCP são mulheres.

Tabela 15 – Número de efetivos por género

| Anos | Homens | Mulheres |
|------|--------|----------|
| 2016 | 33 | 59 |
| 2017 | 36 | 57 |
| 2018 | 36 | 59 |
| 2019 | 35 | 59 |
| 2020 | 36 | 56 |
| 2021 | 34 | 59 |

4.2. Gastos com pessoal

No PAO de 2021 foi autorizado que o número de colaboradores do IGCP ascendesse a 95. Estima-se que em 2022 sejam recrutados 8 colaboradores:

- 4 coordenadores, 1 para substituição, por motivo de aposentação (coordenador da ASI), 2 por rescisão de contrato (coordenador da AGRM e do SDR) e 1 para ocupação de lugar que se encontra vago;
- 1 para o NCF, já autorizado no PAO de 2021;
- 1 para o GES, já autorizado no PAO de 2021;
- 1 para o Gabinete de Apoio ao Conselho de Administração, tendo em consideração o aumento de trabalho motivado pelo incremento dos processos judiciais em curso ao nível da dívida de retalho.
- 1 para a ACL, decorrente da revisão estrutural de processos em curso no IGCP, com vista a reduzir os prazos de resposta aos nossos clientes de produtos de retalho, aproximando-os das melhores práticas de mercado.

Continua por recrutar o colaborador autorizado no PAO de 2018 para o NFC criado em 2018.

Tendo em consideração os projetos que se pretendem executar, será necessário reforçar o quadro de pessoal e substituir os colaboradores que rescindem as relações contratuais. A política de recrutamento no IGCP privilegia a seleção de novos trabalhadores dentro do universo do Setor Público Administrativo sempre que adequado ao posto de trabalho em apreço.

Salienta-se que o aumento dos custos com pessoal, para além de considerar as novas contratações, prevê ainda o aumento em média de 0,3% nos vencimentos, resultado das negociações no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho/setor bancário ao qual aderiu a maioria dos trabalhadores do IGCP. Prevê-se ainda a promoção de trabalhadores e o pagamento de prémios decorrente do processo de avaliação.

Tabela 16 – Custos com pessoal por função

(valores: euros)

| (EUR) | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | Variação 2022/2021 | | Variação 2022/2019 | |
|---|------------|-----------|-----------|-----------|--------------------|---------|--------------------|---------|
| | (previsão) | (real) | (real) | (real) | Variação | % | Variação | % |
| 1.Gastos totais com pessoal | 5 054 502 | 4 898 463 | 4 798 393 | 4 798 104 | 156 039 | 3,2% | 256 398 | 5,3% |
| a)Gastos com Órgãos Sociais | 395 500 | 393 796 | 397 467 | 374 685 | 1 704 | 0,4% | 20 815 | 5,6% |
| i) Vencimento base+subsídio férias e subsídio de Natal | 299 504 | 299 504 | 299 504 | 293 596 | 0 | 0,0% | 5 908 | 2,0% |
| ii) Outros Subsídios | 7 350 | 7 190 | 7 337 | 7 592 | 160 | 2,2% | -242 | -3,2% |
| iii) Valorizações remuneratórias | | | | | | | | |
| b)Gastos com Coordenadores | 1 343 698 | 1 304 010 | 1 266 965 | 1 258 556 | 39 688 | 3,0% | 85 142 | 6,8% |
| i) Vencimento base+subsídio férias e subsídio de Natal | 1 055 823 | 1 035 121 | 979 533 | 979 533 | 20 702 | 2,0% | 76 290 | 7,8% |
| ii) Outros Subsídios | 41 607 | 40 791 | 37 790 | 37 790 | 816 | 2,0% | 3 817 | 10,1% |
| iii) Valorizações remuneratórias | | | | | | | | |
| c)Remunerações do Pessoal | 3216805 | 3 109 028 | 3 039 661 | 3 048 892 | 107 777 | 3,5% | 167 913 | 5,5% |
| c.1) Contratado - quadro de pessoal | | | | | | | | |
| i) Vencimento base+subsídio férias e subsídio de Natal | 2 228 242 | 2 184 551 | 2 159 749 | 2 137 916 | 43 691 | 2,0% | 90 326 | 4,2% |
| ii) Outros Subsídios | 179 624 | 176 102 | 171 937 | 166 579 | 3 522 | 2,0% | 13 045 | 7,8% |
| iii) Valorizações remuneratórias | 25 000 | | 58 873 | | 25 000 | | 25 000 | #DIV/0! |
| c.2) A contratar | | | | | | | | |
| i) Vencimento base+subsídio férias e subsídio de Natal | 315 500 | | | | | | | |
| ii) Outros Subsídios | 27 000 | | | | | | | |
| d) Benefícios pós-emprego | | | | | | | | |
| e) Ajudas de custo | 6 500 | 205 | 1 208 | 11 709 | 6 295 | 3070,7% | -5 209 | -44,5% |
| f) Restantes Encargos | 92 000 | 91 425 | 93 093 | 104 262 | 575 | 0,6% | -12 262 | -11,8% |
| g) Rescisões indemnizações | | | | | | | | |
| 2.Gastos totais com pessoal s/ impacto das medidas identificadas em (iii) e g) | 5 029 502 | 4 898 463 | 4 739 520 | 4 798 104 | 131 039 | 2,7% | 158 943 | 4,8% |
| Número de Recursos Humanos | | | | | | | | |
| Número de Órgãos Sociais | 3 | 3 | 3 | 3 | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% |
| Número de Coordenadores s/ Órgãos Sociais | 16 | 16 | 16 | 16 | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% |
| Número de Trabalhadores s/ Coordenadores e s/ Órgãos Socia | 79 | 77 | 76 | 78 | 2 | 2,6% | 1 | 1,3% |
| Gastos com dirigentes/Gastos com Pessoal | 41,8% | 41,9% | 41,7% | 41,3% | 0 | -0,4% | 0 | 1,2% |
| Saídas de trabalhadores previstas | 7 | | | | | | | |
| Contratações de trabalhadores previstas | 9 | | | | | | | |

Tabela 17 – Custos com pessoal em 2021 e 2022

(valores: euros)

| (EUR) | 2022-2021 |
|---------------------------------------|------------------|
| Gastos totais com pessoal 2021 | 4 898 463 |
| Pessoal que rescindiu | (311 637) |
| Pessoal a contratar | 377 676 |
| Aumento CFP | 500 |
| Aumentos ACT | 14 500 |
| Promoções | 25 000 |
| Pémios | 50 000 |
| Gastos totais com pessoal 2021 | 5 054 502 |

5. Anexos

Anexo 1



RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 21 dos Estatutos, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EP (a Entidade) relativos ao ano de 2022, que compreendem (i) o Plano de atividades e orçamento, (ii) Demonstrações financeiras previsionais, (iii) Fluxos de caixa previsionais, (iv) Orçamento de exploração, incluindo os pressupostos em que se basearam.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 12º dos referidos Estatutos da Entidade, de acordo com o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas), e aprovado pelo seu Conselho de Administração em 18 de Agosto de 2021.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião a projeção está devidamente preparada com base nos pressupostos e está apresentada de acordo com alínea d) do n.º 1 do art.º 12 dos referidos Estatutos.

JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda
Capital Social: 36.000€
NIPC: 514809833
Inscrita na OROC sob o n.º 325
Inscrita na CMVM sob o n.º 20180024

Morada
Av. José Gomes Ferreira, nº11, 5º Piso, Sala 54
Miraflores, 1495-139 Algés
(+351) 214 103 222
geral@rc-sroc.com | www.rc-sroc.com

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Outras considerações

Como complemento da nossa análise, apresentamos, em anexo, algumas observações sobre a justificação das receitas e das despesas orçamentadas para 2022, e fazemos uma apreciação sobre a sua evolução face ao exercício anterior. Para tal, elaborámos o mapa comparativo dos orçamentos de 2021 e 2022, onde são apresentadas as variações ocorridas.

Por fim, referimos que só agora emitidos este documento porque aguardámos que a nossa nomeação, para o mandato em curso, iniciado em 2021, fosse formalizada por despacho do Secretário das Finanças. Alertámos a Entidade para esse facto, tendo a Tutela, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças (DGTf), dado instruções para prosseguirmos o nosso trabalho, com fundamento no acórdão 15008/20.1T8LSB.L1-1, emitido em 2021 pelo Tribunal da relação de Lisboa.

A DGTf sustenta o entendimento de que, embora designados por prazo certo, os membros do órgão de fiscalização, onde se inclui o Fiscal Único, mantêm-se em funções após o decurso desse prazo até nova designação.

Lisboa, 11 de Janeiro de 2022

O Fiscal Único



Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Em representação de:

"JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda."

ANEXO

Da observação do mapa referido, prevê-se de 2021 para 2022:

- que os valores orçamentados para os rendimentos têm um acréscimo de 11,88%;
- um acréscimo de 15,24% para os gastos;
- originando, assim, um aumento de 3,71 % no resultado líquido.

Analisando a variação de cada uma das rubricas temos:

1. Para os Rendimentos:

Dotação do Orçamento de Estado

Verifica-se um acréscimo de 20,00% nesta dotação face ao ano de 2021. Esta dotação destina-se a fazer face aos encargos com as entidades colaboradoras da rede de cobranças do Estado (Instituições de Crédito, CTT, SIBS e SF).

Prestações de serviços

Verifica-se um acréscimo de 3,66% nesta rubrica relativa à comissão de gestão anual nos termos do nº 1 do art.º 25º do DL nº 2/99, de 4 de Janeiro.

2. Para os Gastos:

Fornecimentos e serviços externos

Constatamos um aumento de 17,67% no conjunto de gastos com os Fornecimentos e Serviços Externos. Nesta rubrica está incluído uma estimativa dos encargos de cobrança de receitas no montante de 29.300.000,00 euros e ainda, o montante de 3.400.000,00 euros para apoio à rede de cobranças do Estado – Caixas do Tesouro e, ainda, 300.000,00 euros para suporte do custo com o "real time" afecto aos Documentos Únicos de Cobrança (DUC) da Autoridade Tributária (AT). Verifica-se um decréscimo no valor das prestações de serviços referentes às caixas do Tesouro motivada pela situação da pandemia.



Gastos com o pessoal

Verifica-se um incremento da massa salarial de 2,89%. Este acréscimo é devido ao aumento da actualização das cláusulas de expressão pecuniária do Acordo Colectivo de Trabalho, do Sector Bancário e, ainda, algumas promoções de colaboradores que não eram promovidos há vários anos.

3. Para os Investimentos:

Software

No que respeita ao plano de investimento, os projetos a desenvolver são os seguintes:

- Upgrade tecnológico do SPA, SGT e SCE;
- Desenvolvimento do Backoffice do IB+;
- Lançamento do projeto Paperless no IGCP (condicionado a obtenção de financiamento comunitário);
- Projeto de alteração das mensagens swift para o tipo ISO20022 e projeto de evolução para o novo RTGS (transitou de 2021); e
- Reavaliação do modelo de definição da carteira de referência.

Equipamento informático

Efetuar a renovação necessária do parque informático.

Equipamento Administrativo

Efectuar a substituição considerada indispensável.



MAPA COMPARATIVO DOS ORÇAMENTOS

| | 2022 | 2021 | DIFERENÇAS | |
|---|----------------------|----------------------|---------------------|--------------|
| | Valor | Valor | Valor | % |
| <i>Valores em euros</i> | | | | |
| <u>Orçamento dos Rendimentos</u> | | | | |
| Transferências do Orçamento de Estado | 33.000.000,00 | 27.500.000,00 | 5.500.000,00 | 20,00 |
| Prestações de serviços | 28.179.000,00 | 27.182.800,00 | 996.200,00 | 3,66 |
| <i>Soma</i> | 61.179.000,00 | 54.682.800,00 | 6.496.200,00 | 11,88 |
| Total | 61.179.000,00 | 54.682.800,00 | 6.496.200,00 | 11,88 |
| <u>Orçamento dos Gastos</u> | | | | |
| Fornecimento Serviços Externos | 37.743.543,00 | 32.074.819,00 | 5.668.724,00 | 17,67 |
| Custos com o Pessoal | 5.720.123,00 | 5.559.239,00 | 160.884,00 | 2,89 |
| Amortizações do Exercício | 1.178.399,00 | 1.103.927,00 | 74.471,00 | 6,75 |
| Total | 44.642.065,00 | 38.737.985,00 | 5.904.080,00 | 15,24 |
| <u>Resultado</u> | 16.536.935,00 | 15.944.815,00 | 592.120,00 | 3,71 |

| <u>Orçamento de Investimentos</u> | |
|--|---------------------|
| Hardware Comunicações – Central telefónica | 5.000,00 |
| Hardware – Outros | 100.000,00 |
| Evolução Tecnológica SPA | 213.000,00 |
| Target 2 | 185.000,00 |
| Compliance | 85.000,00 |
| Paper Less | 100.000,00 |
| Evolução Tecnológica SGT | 170.000,00 |
| Back Office IB + | 30.000,00 |
| Desenvolvimento Cash Forecasting | 20.000,00 |
| Novo Projecto SPA | 87.000,00 |
| Equipamento Administrativo | 5.000,00 |
| Total | 1.000.000,00 |

M&A

Anexo 2

Declaração

Para os devidos efeitos e nos termos do Despacho nº 172/14-SET, de 31 de janeiro, comunicado através do ofício circular 819, de 12 de fevereiro, o Conselho de Administração da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., declara que o Plano de Atividades e Orçamento para 2022 se encontra em conformidade com o projeto de orçamento enviado à tutela, de acordo com o referencial de contas públicas para o OE de 2022, conforme justificado no ponto V – Gestão Económica e Financeira do respetivo documento.

Lisboa, 25 de março de 2022

Anexo 3 – Execução de projetos

| OE | Projeto | UE | Projeto | 2020 | | 2021 | | Execução vs. projetado 20-21 |
|----|---------|-----|--|----------|-----------|----------|-----------|------------------------------|
| | | | | Execução | Projetado | Execução | Projetado | |
| 1 | 2020/15 | NSM | Definição de uma carteira de referência para a gestão da Dívida | 95% | 100% | 5% | 0% | 100% |
| 1 | 2020/16 | NSM | Carteira de referência para a gestão da Tesouraria | 60% | 100% | 40% | 0% | 100% |
| 1 | 2020/19 | GA | Revisão/negociação documentação <i>International Swaps and Derivatives Association - ISDA</i> | 50% | 50% | 14% | 50% | 64% |
| 2 | 2020/14 | NSM | <i>CashFlow Forecasting</i> | 50% | 100% | 0% | 0% | 50% |
| 3 | 2020/23 | ASI | Sistema de Internet Banking - segurança aplicacional e nova infraestrutura de suporte e solução de backup | 100% | 100% | 0% | 0% | 100% |
| 3 | 2020/29 | NDS | Internet Banking - Novo sistema | 100% | 100% | 0% | 0% | 100% |
| 3 | 2020/34 | SGC | Implementação do <i>Internet Banking</i> | 70% | 100% | 30% | 0% | 100% |
| 3 | 2021/60 | NDS | Migrações e Melhorias <i>Internet Banking</i> | 0% | 0% | 100% | 100% | 100% |
| 3 | 2021/61 | NDS | <i>Compliance</i> no SPA e Aforronet | 0% | 0% | 100% | 100% | 100% |
| 4 | 2020/36 | SDR | Otimização e agilização dos processos de suporte aos produtos de aforro | 100% | 100% | 0% | 0% | 100% |
| 4 | 2020/1 | GA | Circuito interno de registo de dados relativos a procedimentos de contratação pública | 25% | 100% | 0% | 0% | 25% |
| 4 | 2020/3 | NCF | Projeto de tecnologia de informação que permitirá a atualização e otimização da infraestrutura de suporte ao sistema WSS e ao upgrade do mesmo | 40% | 55% | 60% | 45% | 100% |
| 4 | 2020/11 | GA | Procurações e procedimentos de menores e maiores acompanhados | 100% | 100% | 0% | 0% | 100% |
| 4 | 2020/12 | NEM | Melhoria do processo de alocação em sindicatos de OT | 100% | 100% | 0% | 0% | 100% |
| 4 | 2020/13 | NEM | Integração da informação dos sindicatos na base de dados de investidores (<i>upload</i> através de <i>query</i>); Criar um campo adicional na tabela de investidores: <i>Primary Market ID</i> | 70% | 100% | 0% | 0% | 70% |
| 4 | 2020/21 | SOC | Optimização do processo de controlo dos saldos | 100% | 100% | 0% | 0% | 100% |
| 4 | 2020/25 | ASI | Segurança - rede interna e rede externa | 100% | 100% | 0% | 0% | 100% |

| OE | Projeto | UE | Projeto | 2020 | | 2021 | | Execução vs. projetado 20-21 |
|----|---------|-----|--|----------|-----------|----------|-----------|------------------------------|
| | | | | Execução | Projetado | Execução | Projetado | |
| 4 | 2020/35 | SGC | Reformulação da Gestão de Utilizadores | 85% | 100% | 0% | 0% | 85% |
| 4 | 2020/37 | SGT | Automatização da Reconciliação Bancária de Fluxos Financeiros de TPA | 10% | 100% | 0% | 0% | 10% |
| 4 | 2021/39 | SOC | Contabilização diária dos produtos de aforro | 100% | 100% | 0% | 0% | 100% |
| 4 | 2021/43 | SAO | Alteração das mensagens <i>Swift</i> para o tipo ISO20022 | 0% | 0% | 20% | 30% | 67% |
| 4 | 2021/44 | SAO | Evolução para o novo RTGS | 0% | 0% | 30% | 40% | 75% |
| 4 | 2021/46 | NFC | Sistema de Verificação da Qualidade PEP dos Clientes de Retalho | 0% | 0% | 100% | 100% | 100% |
| 4 | 2020/49 | GES | Chart Pack GES | 50% | 100% | 0% | 0% | 50% |
| 4 | 2020/51 | GES | Melhoria de procedimentos de reporte estatísticos e revisão do manual de procedimentos | 85% | 100% | 0% | 0% | 85% |
| 4 | 2021/55 | ASI | Segurança interna e externa - 2021 | 0% | 0% | 100% | 100% | 100% |
| 4 | 2021/62 | GA | Desmaterialização documental (paperless) | 0% | 0% | 10% | 100% | 10% |
| 4 | 2021/65 | NFC | Identificação da qualidade PEP dos Clientes de retalho do IGCP (anteriores a 22.03.2021) | 0% | 0% | 100% | 100% | 100% |
| 5 | 2020/2 | NFC | Modelo de Risco de BCFT | 100% | 100% | 0% | 0% | 100% |
| 5 | 2020/17 | SAO | Novos <i>Serviços Real time Gross settlement</i> - RTGS | 100% | 100% | 0% | 0% | 100% |
| 5 | 2020/18 | SOC | Implementação do SNC-AP na contabilidade do organismo "Encargos da Dívida" | 15% | 100% | 0% | 0% | 15% |
| 5 | 2020/22 | ASI | Política de Segurança da Informação (conformidade com programas de entidades externas) | 100% | 100% | 0% | 0% | 100% |
| 5 | 2020/27 | ASI | Sistema de Compensação SEPA (SEPT) e Sistema de Cobranças do Estado (SCE) | 40% | 60% | 0% | 0% | 67% |
| 5 | 2020/28 | ASI | Sistema <i>Wallstreet Suite</i> (WSS) | 45% | 60% | 0% | 0% | 75% |
| 5 | 2020/32 | NDS | Evolução Tecnológica de Sistemas de informação | 80% | 100% | 0% | 0% | 80% |
| 5 | 2021/45 | SAO | Migração para o futuro <i>Eurosystem Collateral Management System</i> (ECMS) | 0% | 0% | 20% | 20% | 100% |
| 5 | 2021/47 | SOC | SGT - Evolução tecnológica do <i>online</i> da Contabilidade | 0% | 0% | 100% | 100% | 100% |
| 5 | 2020/48 | GES | Análise <i>Target Rating</i> | 50% | 100% | 0% | 0% | 50% |